



Operação Rede Interrompida desbarata nova tentativa de golpe

Tentativa de golpe: “É preciso estar atento e forte”

Em termos históricos, é muito pequena a diferença de tempo em que Estados Unidos e Brasil são países independentes. Os Estados Unidos há 250 anos, e o Brasil há 204. Curioso que ambos hoje vejam suas democracias ameaçadas. Os EUA, especialmente, pela presença de um presidente de extrema-direita, Donald Trump. Porque, ainda que o modelo americano de democracia seja controverso, mal ou bem até Trump ele revelava-se estável. O que nunca aconteceu no Brasil. Por aqui, a terrível tentação do golpe parece nos ameaçar o tempo todo. Como dizia Caetano Veloso em “Divino Maravilhoso”: “É preciso estar atento e forte”. Por isso, nessa nova história de tentativa de golpe, não custa historiar as diversas outras por que passamos. Aqui, o Correio Político socorre-se de série de artigos que foram publicados em 2022 pelo professor Flávio Aguiar.

Independência já foi um golpe

De certa forma, a própria independência brasileira já foi um golpe. Em 1821, houve em Portugal a Revolução do Porto, que obrigou a volta do Rei Dom João VI. Seu filho, Pedro, ficou no Brasil como Príncipe Regente, mas também pressionado a voltar a Portugal. Diante de toda essa pressão, houve na ocasião certa articulação para que Dom Pedro proclamasse a independência, como disse seu pai, “antes que um aventureiro lance mão”. O Brasil tornou-se independente, mas a família Orleans e Bragança ficou.



Até ser consumado, golpe de 64 foi tentado por dez anos

Na República, o primeiro golpe militar

Em 1823, novo golpe: o agora Dom Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte e outorga ela uma Constituição para o Brasil. Conturbado o tempo todo o reinado de Dom Pedro I, ele acabou renunciando em 1831. Aí, consumou-se novo golpe. Para evitar movimentos republicanos, deu-se o “Golpe da Maioridade”, que permitiu a Dom Pedro II se tornar imperador aos 13 anos. O Brasil teve aí um período importante de estabilidade política. Dom Pedro II governou por 58 anos. Até acontecer no Brasil o primeiro golpe militar.

“O povo assistiu bestializado”

À época, o jornalista Aristides Lobo escreveu que “o povo assistiu bestializado” à Proclamação da República. Ou seja, não era algo construído pela sociedade, algo que se ansiasse. Foi uma quartelada. Que destituiu o imperador e instituiu uma República que, então, atendia especialmente às oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, a chamada “República do Café com Leite”.

Getúlio

Como as demais oligarquias rurais, como a gaúcha, não participavam da festa, Getúlio Vargas liderou o seu golpe em 1930. Derrubou o antigo regime e instaurou uma ditadura que durou por 15 anos, indo até 1945. Importante, porém, por ter promovido a industrialização do país e ter estabelecido os direitos trabalhistas.

Tentativas

Chegamos, então, a um período que merece atenção. Depois de 1945, quando o país se redemocratiza, Getúlio retorna à Presidência, agora de maneira democrática, pelo voto. E, então, diversas tentativas de golpe de Estado acontecem até 1964, quando finalmente os militares conseguem tomar o poder e instaurar uma ditadura.

Galeão

O primeiro, a “República do Galeão”, a partir do atentado da rua Tonelero, contra o jornalista Carlos Lacerda. Instaura-se uma investigação controversa para verificar a responsabilidade de Gregório Fortunato, braço direito de Getúlio. A intenção era derrubar Vargas. Acuado, ele, porém, antecipa-se. E comete suicídio.

JK

Como o próprio Getúlio Vargas disse: “Saio da vida para entrar na história”. O suicídio de Vargas interrompeu a primeira tentativa golpista. Que retorna quando se tenta impedir a posse, em 1956, de Juscelino Kubitschek. Que enfrenta duas tentativas de golpe durante o seu governo. Depois de JK, Jânio Quadros renuncia um ano depois da posse.

Parlamentarismo

Então nova tentativa de golpe tenta impedir que seu vice, João Goulart, tome posse. Para tentar manter Jango no poder, tenta-se uma troca e se institui o Parlamentarismo, depois derrubado por um plebiscito. Finalmente, as sucessivas tentativas de golpe de Estado desde 1954, com o suicídio de Getúlio, obtêm êxito. Os militares assumem o poder.

Dez anos

O Correio Político pede licença ao leitor para esse tímido ensaio de história com um único propósito. Lembrar que durante a chamada Nova República, tentou-se um golpe de Estado no Brasil por dez anos. Até que se conseguiu. Por isso, histórias como a desbaratada na quarta (4) pela Operação Rede Interrompida precisam de muita atenção.



Fachin: mudanças para modernizar Judiciário

Fim da aposentadoria compulsória como punição

Decisão da CNJ permite demissão de magistrado em caso de irregularidade

Por **Gabriela Gallo**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade nesta terça-feira (4), o fim da aposentadoria compulsória como forma de punição máxima contra magistrados que cometam irregularidades graves.

A medida altera a Resolução nº 135/2011 e, em vez da aposentadoria como penalidade administrativa máxima, autoriza uma eventual demissão do juiz, além da instituição de possível procedimento que poderá resultar no afastamento definitivo de juízes, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão segue o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Além da demissão como penalidade máxima como alternativa de penas aplicáveis para juízes que cometam algum delito, a mudança também engloba advertência, censura e remoção compulsória (transferência forçada).

A proposta foi relatada pelo conselheiro Ulisses Rabaneda. “Uma magistratura fortalecida com magistrados independentes é a garantia de manutenção do Estado Democrático de Direito. O que essa minuta faz é disciplinar apenas os efeitos funcionais e

remuneratórios da disponibilidade até o trânsito em julgado”, ele defendeu.

“É importante reconhecer que estamos diante de uma mudança significativa na forma de enxergar e tratar essa questão, considerando o cenário atual e o nível de desenvolvimento que observamos hoje. Por isso, estamos tratando o tema com atenção, levando em conta os desafios e as complexidades que ele apresenta”, disse o presidente do CNJ e presidente do STF, ministro Edson Fachin.

Com a mudança para investigar delitos cometidos por juízes, primeiro será aberto um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no tribunal de origem ou no próprio Conselho Nacional de Justiça, onde serão garantidos o direito de ampla defesa e contraditório. Durante a análise no CNJ, o juiz ficará afastado. Confirmada a punição pelo CNJ, a Advocacia-Geral da União (AGU) ajuíza ação civil no STF para pleitear a perda do cargo. Finalmente, caberá a Suprema Corte a decisão final sobre o desligamento definitivo do magistrado.

Vale destacar que as regras administrativas de demissão ou perda de cargo aplicadas a juízes comuns não se aplicam diretamente ao STF.